CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

PROCESSO N°: 36/68 - CEE
INTERESSADO: COTONIFÍCIO INDAIATUBA S.A.
ASSUNTO : Renovação da isenção do salário-educação e expedição
Do Certificado modelo "13"
RELATOR : Conselheira THEREZINHA FRAM

P A R E C E R N° 29/68 - CEPEN

A empresa Cotonifício Indaiatuba SA, com sede à Praça Padre Manuel da Nóbrega, 21, 12° andar nesta capital e fábrica em Indaiatuba, à Avenida Humaitá n° 555, vem requerer deste Conselho a renovação e conseqüente expedição do certificado modelo "13" de isenção de recolhimento do salário-educação, prevista nos termos do artigo 3° do Decreto Estadual n° 44.480 de 3.2.65, para o ano letivo de 1967.

No exercício de 1966 foi expedido a requerente o certificado modelo "B" n° 181.

A empresa mantém convênio com a Escola Externato da Imaculada, localizada na Rua Candelária, 477 em Indaiatuba.

Examinando as peças do processo e a análise feita pela assessoria Técnica deste Conselho podemos afirmar que a empresa requerente cumpria as seguintes exigências:

- a) Requerimento em termos legais;
- b) Cópia do certificado isenção n° 181/66 expedido pela CEPE com a devida aprovação do CEE;
- c) Declaração do salário-contribuição relativo ao exercício de 1966, com o cálculo do salário-educação respectivo;
- d) Recibo do Externato da Imaculada no montante de NCr\$ 4.879,20 referente a manutenção de 76 bolsas de estudos;
- e) Declaração firmada pelo delegado de Ensino Elementar de Campinas com os seguintes dados:
 1. Nome, localização, e movimento geral da escola no

ano de 1966;

2. Declaração que a escola não funcionou com professores remunerados pelo Estado;

3. Matrícula inicial e número de classes para o exercício de 1967.

f) Declaração do salário-contribuição relativo aos meses de fevereiro e março do corrente ano, e respectivo salário-educação, para efeito de cálculo e expedição do competente certificado.

g) Cópia do convênio formado entre a empresa e o Externato da Imaculada para a manutenção durante o ano de 1967 de 76 bolsas de estudos.

A vista do relatório, elaborado pela CEPE, conferidos os cálculos, a requerente esta obrigada a manter durante o exercício de 1967 72 bolsas de estudo, num montante mensal de NCr\$ 481,68 e anual de NCr\$ 5.780.16, importância esta correspondente à isenção de que faz jus nos termos da legislação supra citada.

Assim somos pela homologação do certificado nº 70 expedido pela CEPE e anexados a este.

a) Conselheira THEREZINHA FRAM

RELATORA

Aprovado na 23^a Sessão da CEPEN, realizada em 16.9.1968.